



A AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL E O DIREITO À DIFERENÇA: De Vladimir Lenin a Kaká Werá Jecupé.

Max Lanio Junio¹; Poliene Soares dos Santos Bicalho²

¹ (IC) Discente do Curso de História, PIBIC/CNPq, Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas. E-mail: maxjunio8@gmail.com

² (PQ) Orientadora e docente no curso de História e Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis/GO.

Av. Juscelino Kubitscheck, 146 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-390.

Resumo: Este hodierno plano de trabalho tem por objetivo compreender as questões que envolvem os conceitos de autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, dispondo, para tanto, de referenciais da literatura indígena, além de ensaios e documentos políticos indígenas e não indígenas, e assim, elevar o estado da arte por meio de fontes históricas e etnográficas. Obras como “A terra dos mil povos”, do escritor indígena Kaká Werá Jecupé, é uma referência importante para se pensar a autodeterminação dos povos. Para tanto, se faz necessário adentrar às perspectivas teóricas fincadas na decolonialidade, presente nas obras literárias indígenas; e, partir destas análises, estabelecer algumas conexões com os pensamentos ilustrados no século XX pelos autores marxista-leninistas.

Palavras-chave: Autodeterminação. Povos Indígenas. Literatura Indígena.

Introdução

A Autodeterminação dos povos indígenas no Brasil é o objetivo central desta pesquisa. Inicialmente, o projeto tinha como objetivo principal compreender e discutir sobre a autodeterminação dos povos indígenas no Brasil, porém, o resultado obtido durante a pesquisa abarcou e agraciou aquilo que projetou de maneira formidável e imprevisível. Na busca de entendimento sobre as questões aqui propostas, muito se falou sobre a ótica marxista diante dessa proposta autodeterminante e, de fato, ela foi extremamente útil para a compreensão do fenômeno, mas não englobou a interpretação dos desdobramentos e da necessidade dos povos indígenas de se autodeterminarem e manterem a sua cultura viva, mesmo após anos de imposição cultural, intelectual e “patrimonial”.

Nação, povo, tribo... todos os termos usualmente utilizados, este último equivocadamente, ao se referir aos indígenas remetem a um coletivismo que não corresponde à realidade dos 305 povos indígenas étnico e culturalmente diferenciados existentes no Brasil. Tratam-se de termos que foram popularizados e passaram a





representar, predominantemente, os valores dos “conquistadores”, e não daqueles que realmente construíram a sua história sob ameaças de extinção e negação da própria oralidade, que é a gênese da Literatura Indígena, tema central dessa pesquisa.

As histórias indígenas são marcadas pela resistência, forjada durante todos os anos de luta anticolonialista e digna de inspirar até o mesmo o mais famoso dentre os filósofos alemães, Karl Marx, que, mesmo sem grande foco nas questões que tangem à luta anticolonial na América. Marx, procura tratar, indissociavelmente, os sentidos das lutas, e, por isso, pode alicerçar a compreensão, ainda que superficial, da necessidade de autodeterminação dos povos. Afinal, o filósofo alemão sempre estimou interesse pela antropologia e desassociá-lo completamente dessa questão é ignorar um dos princípios motores do materialismo dialético. Nesse sentido o antropólogo Edward Palmer Thompson defende: “(...) a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas” (THOMPSON, 2001, p. 243).

Um dos instrumentos utilizados para perpetuação da cultura indígena ao longo dos anos, e principal material de estudo dessa diretriz, é a Literatura Indígena, que, incondicionalmente, se tornou uma das principais ferramentas de propagação de valores, visões e lutas dos povos indígenas para muitas pessoas mundo afora. O poder da palavra, no interior destas culturas, não se restringe somente à escrita, reduzir toda a oralidade indígena apenas à escrita formal que conhecemos é um erro execrável. Utilizando-se desse reducionismo, o resultado das pesquisas e projetos de antropólogos, historiadores etc. sempre retornaram com o mesmo resultado: a visão colonialista dos fatos; uma vez que ainda se prioriza e nem estimula a inserção de escritos indígenas nas escolas, universidades e grandes centros de debates, o que muito tem mudado a partir de 1990. A exaltação da oralidade indígena, nesse contexto, alicerça a impossibilidade de redução de todas as culturas e enaltece as particularidades presentes em cada etnia indígena. Não podemos generalizar e encaixar tantas riquezas e organizações étnico-sociais diferentes em uma só.





Nesse sentido, cabe aos futuros educadores e profissionais se atentarem a importância da valorização da literatura indígena. O papel da escola nesse processo é fundamental, pois, ao apresentar aos alunos contos indígenas, histórias ou descrições não-indígenas corroboram diretamente para que a visão de colonizador, muitas das vezes presentes nesses textos, seja a única à qual eles terão contato pelo resto da vida escolar. Em algumas aldeias indígenas, encontra-se em processo de revisão a educação escolar a partir da perspectiva Guarani, isso faz com que aqueles que fazem a sua própria história tenham direito a estudá-la e a reafirmar a sua própria identidade.

Portanto, é notável que, a literatura e a oralidade indígena, nesse contexto, é a principal arma para que intelectuais como Kaká Werá Jecupé e Daniel Munduruku lutem contra anos de preconceito e violência, causados justamente por aqueles que, em nome da lei, cometeram as mais diversas atrocidades. Jecupé, em uma de suas obras mais recentes aponta diretamente para a valorização da oralidade indígena como ferramenta e arma destinada a garantir o direito a diferença e a pluralidade dos grupos étnicos indígenas. A “Terra de Mil Povos” do autor, faz questão de reafirmar desde o seu início a questão da autodeterminação dos povos quando o escritor indigenista nomeia o primeiro texto da obra como “Eu sou Kaká Werá Jecupé”, apresentando-nos um cartão de visitas recheado de afirmação identitária. Diante disso, esse projeto de pesquisa, que se encontra em sua parte final, buscou enxergar a literatura indígena e obras como essas como as principais ferramentas para se alcançar a verdadeira autodeterminação dos povos.

Material e Métodos

Foi utilizado, como objeto de estudo, para compreensão do direito à autodeterminação dos povos, nesta pesquisa, diversas obras da Literatura Indígena (poemas, artigos, livros, contos, jornais e trabalhos acadêmicos). Autores como Kaká Werá Jecupé, Daniel Munduruku, Eliane Potiguara e Olívio Jecupé foram minuciosamente estudados como fontes indispensáveis para o sucesso dessa discussão. Tais escritores indígenas foram complementados por obras de autores marxistas, como Vladimir Lenin, Leon Trotsky e José Carlos Mariátegui, que também foram lidos e discutidos. Diante das sessões de leitura e discussão, traçou-se relações





entre os autores marxistas, os documentos encontrados sobre o tema e as obras literárias indígenas. Para a finalidade da proposta de pesquisa propriamente dita, é imprescindível o entendimento de que a obra marxista aqui elencada deverá complementar teoricamente as ideias sugeridas, porém, não deve estar desacompanhada de obras verdadeiramente indígenas.

Resultados e Discussão

Na fase final do projeto, podemos concluir que os estudos dos textos indígenas reforçam a necessidade de se entender e valorizar a oralidade. A garantia da autodeterminação dos povos indígenas é, também, dentro dessa perspectiva, a garantia da autonomia dos povos. Dois resultados, em dois aspectos, foram alcançados no decorrer da pesquisa. O aspecto externo, que se utiliza da autodeterminação para repudiar a dominação estrangeira e da própria Colônia no período colonial; e o interno, que lida inteiramente com a representatividade indígena dentro de seu próprio território, e que trata de reconhecer e perpetuar a sua própria identidade única (cada etnia tem a sua) e diversa (pois trata-se de pais de 305 povos diferentes entre si na atualidade, e eram mais de 1000 nos anos iniciais da colonização).

Sendo assim, a obtenção de relatos encontrados nos textos indígenas evidencia o segundo fator com exatidão. Uma das discussões encontradas ao longo do percurso foi a inserção de novas áreas do conhecimento na pesquisa, como a antropologia e a teoria geral do direito. Mesmo que houvesse um limite e uma preferência por documentos indígenas e locais, a pesquisa foi direcionada também a diversos documentos políticos e de matéria de direito. Autores como Bartolomeu de Las Casas, E. P. Thompson e até mesmo a Declaração dos Direitos Humanos (ONU) contribuíram para o êxito acadêmico dessa pesquisa.

Considerações Finais

Apesar do momento em que vivemos, devido à pandemia causada pelo novo Coronavírus, o COVID-19, e o estado de calamidade nacional, nota-se que os esforços demandados nesse projeto de pesquisa, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Poliene Soares dos Santos Bicalho, corroboraram para o sucesso quase que total do projeto e dos resultados aqui apresentados. Alguns dos objetivos que foram traçados, ainda





no início do projeto, foram adiados por conta da situação atual, como o trabalho em campo em escolas, afim de criar discussões e mesas de exposição. Tal fato não indica, porém, que as atividades não serão realizadas posteriormente, em um momento de melhora do quadro atual.

Quatorze anos após a Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas (2007), que garantiu aos povos indígenas o direito à autodeterminação, o caminho para o respeito e a garantia desse direito ainda é longo e, portanto, pesquisas e estudos desenvolvidos nesta temática, como esse projeto, visam corroborar para um melhor entendimento e, finalmente, a garantia plena do direito à diferença presente no anseio de cada povo indígena. Para tanto, a Literatura Indígena deverá ser tratada como uma importante ferramenta de luta e libertação das amarras do colonialismo e do cerceamento de direitos.

Agradecimentos

A minha orientadora, que conduziu o trabalho com paciência e dedicação, sempre disponível a compartilhar todo o seu vasto conhecimento; à UEG, pelo evento e a oportunidade de participar; ao CNPq, pela bolsa concedida.

Referências

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Nhembo'e - enquanto o encanto permanece! processos e práticas de escolarização nas aldeias Guarani**. (Tese de doutorado). UFRGS/FACED Programa de Pós-Graduação em Educação: Rio Grande do Sul, 2005.

THOMPSON, Edward. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

CASTRO, Eduardo Viveiros de Castro. "Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation," *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South América*: Vol. 2: Iss. 1, Article 1, 2004.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo, Paulinas, 2012

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio**. São Paulo: Peirópolis, 1998 (Série Educação para a paz).

